

Arqueologias de Império

**Delfim Leão, José Augusto Ramos,
Nuno Simões Rodrigues (coords.)**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

APRESENTAÇÃO *DE IMPERIO – DE IMPERIIS*

O livro que agora se publica resulta de um seminário interdisciplinar de História Antiga, organizado pelos Centros de História da Universidade de Lisboa e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra¹. O referido seminário decorreu na Universidade de Lisboa, em três momentos distribuídos pelos seguintes subtemas: “Fórmulas originárias de Império”, “Impérios da era axial” e “Impérios da globalização”.

O principal objetivo deste encontro, que reuniu especialistas em Estudos da Antiguidade provenientes de seis Universidades portuguesas (Lisboa, Coimbra, Nova de Lisboa, Porto, Aberta e Évora), foi refletir sobre o conceito de “Império” e a sua aplicação aos momentos-chave da História Antiga, do Egito ao Mundo Romano. Se, para este último caso, a aplicação de uma ideia que é na sua origem latina/romana não coloca grandes problemas teóricos ou epistemológicos, o mesmo não se poderá dizer sobre todas as realidades político-institucionais que antecedem o universo romano. Com efeito, como bem nota Filipe Carmo no texto que aqui se publica, *imperium* é um conceito romano, com uma evolução própria e uma aplicação histórica e historiograficamente específica, pelo que, apesar do pragmatismo e da sua utilidade enquanto ferramenta conceptual, os historiadores, como os arqueólogos e os filólogos, devem estar conscientes dos perigos de anacronismo e das limitações epistemológicas que ele implica². Isso não obsta, porém, que a matriz do que reconheceremos como modelo imperial romano remonte à Época Pré-Clássica, como bem mostrou Francis Joannès³. Importa, também por isso, refletir sobre a pertinência e eficácia do seu uso quando nos referimos a outras épocas da História, muito especialmente as que se definiram antes de Roma se ter assumido como uma macroestrutura política que veio a trilhar de modo definitivo o caminho que a Humanidade tem vindo a percorrer desde então.

Além disso, importa ter também presente, como nota Christophe Badel⁴, que a noção de “Império” conhece nos dias de hoje interesse renovado por todos os que se interessam por geopolítica e por cientistas e filósofos políticos, quando se debruçam sobre as formas contemporâneas do nosso “universo globalizado”. A

¹ Esta investigação foi realizada no âmbito dos projetos UID/ELT/00196/2013 do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra e UID/HIS/04311/2013 do Centro de História da Universidade de Lisboa, financiados pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Sobre esta problemática, vide também Jones 1951; Burchard 1957; Lintott 1981; Richardson 1991; Martin 1995; Hurlet 2011; Hoët-Van Cauwenberghé 2011; Cresci & Gazzano 2018.

³ Joannès 2011.

⁴ Badel 2011, 9.

percepção de que aquela é uma noção complexa manifesta-se, no texto de Badel, logo no início, quando o autor faz questão de explicitar que “l’usage veut que l’on distingue les deux sens du mot empire par le choix de la minuscule ou de la majuscule en début de mot. L’Empire designe le regime politique monarchique et l’empire la domination territoriale. Nous utiliserons donc la minuscule sauf dans le cas d’un empire particulier puisqu’alors il s’agit d’un nom propre. Nous parlerons donc ‘des empires’ mais de ‘l’Empire romain’⁵.”

Parece-nos que o alerta de C. Badel enuncia já as problemáticas subjacentes ao tratamento desta questão. É com ela no horizonte que vários especialistas se dedicaram já ao tema, analisando-a, e.g., no contexto da história mesopotâmica e persa⁶, grega e helenística em geral⁷ e romana (vide referências na nota 2 desta introdução⁸).

A esses estudos também não é estranho o conceito de “imperialismo”, enquanto ideia radicada na historiografia do século XIX, sobretudo, e influenciada pelas realidades políticas de então, nomeadamente o “Império Britânico”. Com efeito, cedo nos apercebemos de que muito do que a historiografia da Antiguidade ainda hoje utiliza enquanto ferramenta conceptual para o tratamento das questões da política e do domínio e administração de territórios a essa realidade muito deve. Também neste campo deve o historiador estar alerta⁹.

Este contributo português para a discussão da temática consiste num conjunto de 17 estudos que abrangem também as várias áreas de estudo da Antiguidade. A título de introdução, José Augusto Ramos apresenta um texto intitulado “Mitologias, teologias e taxonomias da História, seguindo a ideia bíblica de império”, com que pretende, a partir das fontes bíblicas, estruturar categorias e organizar semânticas como possíveis caminhos para o entendimento da ideia em debate.

Para o caso egípcio, José das Candeias Sales escreve sobre “Os Impérios da História do Antigo Egito: em torno do conceito de ‘Império’”, texto que se foca na problemática da periodização da História egípcia e na terminologia utilizada para a definir. Com efeito, as fórmulas “Império Antigo”, “Império Médio” e “Império Novo” são por norma as usadas pelos egiptólogos portugueses, sendo que o autor se interroga, e nos faz interrogar, sobre a pertinência da aplicação do conceito de “império” a estas épocas da história egípcia. Rogério Sousa reflete acerca de “Começar de novo: a ‘repetição do nascimento’ e a transformação política do Egito na viragem para o I Milénio”, sendo o seu ponto de partida a desintegração política que ocorreu no Egito no final do Império Novo. Segundo o

⁵ Badel 2011, 9.

⁶ Joannès 2011.

⁷ Gregor 1953, Ste. Croix 1954, Mossé 2011, Pébarthe 2011, Martinez Sève 2011.

⁸ Veja-se ainda Garnsey et Whittaker [1978] 2007.

⁹ Veja-se Barroll 1980 e Le Roux 2011.

autor, esse período partilha muitos aspetos com a crise que afetou as civilizações da bacia do Mediterrâneo na transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro. Muito mais bem documentada no espaço egípcio do que noutros contextos, porém, esta transição não irrompeu de forma violenta nem foi acompanhada de uma crise cultural profunda, como aparentemente se poderia supor. Ainda assim, o chamado Terceiro Período Intermediário apresenta uma organização política completamente distinta que parece ter sido posta em prática ao longo do que se convencionou chamar de “Repetição do Nascimento”.

Para o universo dos impérios antigos da Mesopotâmia, contamos com a proposta de Maria de Fátima Rosa, “Hammu-rabi e o início da sua ascensão até à hegemonia: a ordem política e a legitimação divina”. A autora foca-se na emergência da hegemonia paleobabilónica através da análise da ideologia subjacente às políticas sociais e militares levadas a cabo por Hammu-rabi em dois momentos cruciais da história da Babilónia: a guerra contra o Elam e o ataque ao reino de Larsa. O contributo de Marcel Paiva do Monte tem por título “‘Rei das Quatro Regiões’: Sargão de Akkad e o modelo imperial na Mesopotâmia”. Com este estudo, M. Monte reflete sobre o facto de, habitualmente, ser atribuído à dinastia de Akkad (ca. 2334-2154 a.C.) o estatuto de “Primeiro Império”. De facto, apesar de o domínio alargado que exerceu sobre o Próximo Oriente revelar uma continuidade com realidades anteriores, a vigência de Akkad originou uma nova tradição que estruturou e marcou definitivamente a cultura política mesopotâmica. Akkad tornou-se o paradigma de um horizonte de poder universal e o seu primeiro rei, Sargão, um modelo de realeza, que viria a ser objeto de emulação por parte de muitas das entidades políticas que surgiram posteriormente na Mesopotâmia.

Para o espaço da Anatólia e do território fenício/siro-palestinense, contamos com os contributos de João Paulo Galhano e de Elisa de Sousa. Galhano escreve sobre “A hurrização das conceções mitológicas de poder no império hitita”. Este estudo recorre a um método que colhe nas narrativas mítico-religiosas elementos para o estudo das realidades políticas. Assim, analisam-se sobretudo os processos de hurrização dos conteúdos mitológicos hititas, verificando-se, após análise da hurrização étnica do território da Anatólia, que, nos mitos de divindades ausentes, subsistem conceções de interdependência e correlação dos entes divinos, a par de uma tendência não hierárquica de organização do panteão anatólico antigo. As narrativas hurritas trouxeram assim ao panteão anatólico estruturas que evidenciam ideias de realeza divina, de valorização do horizonte familiar e de diferenciação das instâncias de poder. Os mitos hurritas trouxeram ainda dimensões temporais alargadas e uma encenação literária da soberania. Sousa apresenta uma reflexão sobre “Imperialismo no mundo colonial fenício”, estudo que se centra na problemática da colonização fenícia no Mediterrâneo Central, Ocidental e nas costas atlânticas. Com efeito, este processo teve um impacto profundo, não só em termos socioeconómicos, mas também culturais,

nos territórios ultramarinos da Fenícia. A evidência disso está no facto de a herança oriental se vir a sobrepor, em múltiplas ocasiões, ao substrato autóctone precedente, como mostra a evidência da cultura material, por exemplo. Neste sentido, estamos perante relações de domínio que poderão ser interpretadas, segundo a autora e na linha de estudos desenvolvidos por Garelli ou Liverani, no âmbito de uma ideia de “imperialismo cultural”.

As civilizações e sociedades neomesopotâmicas estão representadas neste livro por quatro estudos. Marcel Monte oferece-nos um texto sobre a “Decapitação e exibição do inimigo como discurso e exercício de poder no império neoassírio”. Com efeito, em contextos de violência, militar ou venatória, a decapitação parece ter sido, na Mesopotâmia, um ato de inusitada atrocidade; mas com um propósito: simbologia e semiótica. Assim, atos como a apropriação da cabeça de um inimigo ou *caput hostis* seriam essencialmente mecanismos de propaganda, a componente visível de uma sinédoque poderosa que manifestava a derrota do adversário e a ruína de tudo o que isso representava para o vencedor. Em síntese, expressões de poder de uma estrutura que se queria hegemónica. A investigação de João Pedro Vieira leva por título “Beber do Nilo ou do Eufrates? O papel (do Livro) de Jeremias na legitimação do *imperium* neobabilónico em Judá” e estabelece a relação entre o período neobabilónico e o espaço dos Hebreus. Com base em Jr. 27-29, este estudo argumenta que Jeremias defendia uma submissão divinamente fundamentada de Judá ao chamado Império Neobabilónico. Sugere-se ainda que a intervenção sociopolítica daquele profeta poderá ter sido reconhecida pelas elites políticas neobabilónicas como instrumento de legitimação e imposição do seu poder e domínio sobre Judá. O terceiro estudo deste grupo é da autoria de António Ramos dos Santos e tem por tema “Nabónido e o final do Império Neobabilónico”. Neste texto lemos sobre a figura de Nabónido, o último rei daquele período, bem como sobre a questão do poder régio nesse mesmo contexto. Por fim, ainda no âmbito da Babilónia, fazendo já a transição para o universo persa, Maria de Fátima Rosa dá-nos a ler “A queda da Babilónia em 539 a.C. Nabónido e Ciro: duas atitudes divergentes face ao culto do deus Marduk”, texto com que a autora analisa algumas fontes cuneiformes que servem para explorar os diferentes comportamentos de Nabónido e de Ciro relativamente ao culto de Marduk.

Sobre a Pérsia propriamente dita, contamos com os trabalhos de Carmen Soares e de Maria de Fátima Silva. Especialista em Heródoto, C. Soares publica “Monarcas persas nas *Histórias* de Heródoto: lei e liberdade, fundamentos da ideologia monárquica”. Neste estudo, a autora apoia-se na teorização política que Heródoto apresenta em 3.80-82 e passa em revista passos fundamentais das *Histórias* para a caracterização dos governos monocráticos dos soberanos persas. O que se busca clarificar é a forma como a relação desses governantes com a lei e a liberdade/servidão em que se encontram os que governam nos leva a concluir sobre a inexistência de uma figura modelar de monarca. Heródoto

oferece, sim, dos monarcas tanto “retratos mistos” (daqueles que se governam ora com justiça, ora de modo despótico, como Ciro e Dario e, antes deles, Déjoces da Média), como um “retrato puro” (do tirano insolente, Cambises). Igualmente perita nos textos do *pater historiae*, M. F. Silva disserta acerca de “Ser rainha na Pérsia Antiga”. Para isso, porém, a autora recorre não apenas às informações fornecidas por Heródoto, mas também a outros textos gregos coevos ou posteriores, como os de Ésquilo e Plutarco. Com efeito, estes são os autores que, em diferentes épocas, melhor retratam a vida na corte persa e a influência feminina que circundava os seus monarcas. Mas é de salientar também que, apesar do muito que se sugere historicamente verdadeiro, não será pouco o que ali lemos que terá sido composto sob as cores da fantasia e da ideologia do contexto político-cultural dos autores desses textos.

O período helenístico está representado pelo estudo de Nuno Simões Rodrigues, “*Peri Basilissas*. Em torno da importância política de cinco rainhas helenísticas”. Com este trabalho, o autor pretende refletir sobre o papel e a importância da mulher na sociedade helenística, especialmente no que diz respeito à esfera do poder, a partir do estudo de cinco casos: Olímpia do Epiro, Laódice I da Síria, Berenice I do Egito, Arsínoe II do Egito e Cleópatra VII do Egito.

É ao período romano que se dedicam os últimos quatro estudos deste conjunto de ensaios. O primeiro deles é da autoria de Filipe Carmo e consiste num ensaio em que o autor tenta estabelecer uma genealogia conceptual para a ideia de *imperium* no mundo romano. Assim, em “O *Imperium*, da origem ao principado”, F. Carmo começa por assinalar o facto de, originalmente e para alguns autores, o conceito se relacionar com o “poder soberano de comando”, um poder absoluto de vida e de morte – e por isso também de implicações religiosas que se manifestavam na esfera dos *auspicia* –, ao qual os “súbditos” deviam obedecer sem restrições. O estudo da evolução do conceito – que para outros historiadores poderá ter tido origem no estabelecimento de uma hegemonia do Estado Romano sobre outros estados, ou no comando militar de uma aliança ou ainda numa afirmação de carácter pessoal, uma potência carismática conducente ao êxito, assumida pelo chefe – leva-nos a verificar a sua compatibilidade com a ideia de cidadania e, naturalmente, a não entender a referida obediência de um modo absoluto. A aquisição do *imperium* pelos magistrados superiores da cidade estaria, por outro lado, estreitamente associada a uma sucessão de atos de natureza civil e religiosa, cujo não cumprimento adequado poria em causa a legitimidade do exercício de tal poder. Para Carmo, terá sido precisamente uma crise dessa legitimidade, iniciada pela atomização do poder e derivada das conquistas romanas e das guerras civis, que conduziu, numa fase posterior – através das ditaduras de Sula e de César, dos triunviratos e da criação do principado –, a uma reação que levou à concentração progressiva do *imperium* e à institucionalização do *imperium Romanum* sob formas que já são próximas dos conceitos modernos de “império” e “imperialismo”. Amílcar Guerra analisa a problemática

de “A construção do império na Hispânia: contrastes das narrativas da conquista romana do Ocidente”. Com este estudo, A. Guerra trabalha a representação que na historiografia antiga se faz do processo de construção do imperialismo romano e dos seus intervenientes. Essa representação parece depender de uma perspetiva enformada pela cultura greco-latina, naturalmente, bem como pelos seus paradigmas. Deste modo, o quadro que se transmite dos povos hispânicos deve ser sempre lido a partir dessa chave, apresentando-se em oposição àqueles, numa dicotomia que com frequência se associa à oposição entre civilização e barbárie. De qualquer modo, verifica-se que a visão desse mundo não é necessariamente linear, sendo que dispomos de um número considerável de exemplos que ilustram a complexidade do panorama. Neste sentido, apresentam-se alguns exemplos em que de alguma forma se enuncia uma imagem reversa: por um lado, a arenga de Aníbal aos seus soldados antes da batalha do Ticino, em que o general apresenta a sua perspetiva sobre o comportamento dos Romanos; por outro, referem-se alguns episódios em que se põe em evidência o heroísmo de mulheres hispânicas, a começar pelo que ocorre entre os Brácaros no contexto da campanha galaica de Décimo Júnio Bruto. A José Luís Brandão cabe escrever acerca de “Um olhar sobre o poder imperial em Suetónio”. Especialista nesse historiador latino, Brandão apresenta uma minuciosa análise das *Vidas dos Césares*, obra em que Suetónio revela a sua interpretação do poder imperial e a forma como ele deve ser exercido. Em Suetónio, esse é um poder que deve conduzir a um novo e melhor Estado, como aquele fundado por Augusto, mas que, no entanto, assenta numa sucessão mal definida e imprevisível, em que o destino desempenha um papel fulcral. Com efeito, esse poder, sendo ilimitado e potencialmente incontrolável, depende do carácter de quem o possui, podendo oscilar entre um comportamento tirânico e individualista e uma atitude paternal e, por consequência, universalista, que abarca todas as áreas de intervenção governativa, todas as ordens e todos os povos. Por fim, Rodrigo Furtado propõe uma ideia de globalização para o mundo romano tardio, em “*Peregrinationes ad loca sancta*: o estranho percurso de Melânia-a-Antiga num Mediterrâneo globalizado”. Com este estudo, como nota o autor, e perante incongruências, omissões, lapsos e reconstruções das fontes sobre Melânia-a-Antiga, procura-se aduzir elementos que permitem concluir que Melânia partiu para o Oriente ca. 374, no contexto das perseguições de Valentiniano I, tendo primeiro rumado ao Egito e depois estabelecido na Palestina. Deste modo, R. Furtado procura dar uma leitura da vida de Melânia num mundo que era já, ao seu modo, globalizado e causa, ao mesmo tempo que consequência, de uma administração territorial de tipo “imperial”.

Esperamos assim ir ao encontro das expectativas dos nossos leitores. Devemos uma palavra de reconhecimento público pelo meticoloso trabalho de edição deste livro feito pelo Martim Aires Horta e pela Daniela Dantas, investigadores juniores da área de História Antiga do CH-ULisboa. De igual

modo, há que fazer um agradecimento ao Nelson Henrique, investigador do CECH-UC, que fez a paginação da obra, e à Imprensa da Universidade de Coimbra, que a acolheu na sua série “Humanitas – Supplementum”. Uma palavra de reconhecimento ainda ao nosso colega Hermenegildo Fernandes que, enquanto Diretor do CH-ULisboa, apoiou esta ideia e possibilitou que ela tivesse corpo. Para terminar, resta-nos evocar a nossa saudosa Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, eminente classicista portuguesa e Mestra de todos nós, que patrocinou este projeto desde o seu início e para o qual contribuiu com uma proposta subordinada ao título vergiliano “*Imperium sine fine...*” Não quiseram as *Moirai*, contudo, que nos deixasse escrito o texto que tanto nos prometia. Fica o registo da nossa memória e da sua generosidade.

Delfim F. Leão
José A. Ramos
Nuno Simões Rodrigues